

JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

Volume 11, Número 2, Novembro de 2022

Artigos Inéditos

**O movimento bolsonarista e a americanização
da política brasileira:
causas e consequências da extrema direita no poder**

Guilherme Casarões

**Angola e Moçambique: avanços e recuos
da democracia**

Mathias Alencastro

Traduções

Ucrânia e Rússia: guerra e regimes políticos

Timothy J. Colton

Propaganda digital: o poder dos influenciadores

Samuel C. Woolley

**Por que a democracia alimenta teorias
da conspiração**

Scott Radnitz

**Como os autocratas instrumentalizam os direitos
das mulheres**

Elin Bjarnegård e Pär Zetterberg

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL	Bernardo Sorj Sergio Fausto
TRADUÇÃO	Fabio Storino
REVISÃO TÉCNICA	Otávio Dias Beatriz Kipnis
DIAGRAMAÇÃO	Felipe Martins Wonderweb

Journal of Democracy em Português, Volume 11,
Número 2, São Paulo, Novembro de 2022
Plataforma Democrática
ISSN 2527-1369

Índice de catálogo sistemático:

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000
www.fundacaofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaofhc.org.br

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



São Paulo (Sede)
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000
tel: +55 (11) 3359-5000
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Semestral

Como os autocratas instrumentalizam os direitos das mulheres

Elin Bjarnegård e Pär Zetterberg

*Elin Bjarnegård é professora associada de ciência política na Universidade de Uppsala e autora de *Gender, informal institutions and political recruitment: explaining male dominance in parliamentary representation* [Gênero, instituições informais e recrutamento político: explicando o domínio masculino na representação parlamentar] (2013). Pär Zetterberg é professor associado de ciência política na Universidade de Uppsala.*

De todos os países do mundo, o que possui a maior parcela de cadeiras do parlamento ocupada por mulheres é Ruanda. Os assentos reservados para as mulheres foram introduzidos pela Constituição de 2003. Desde sua adoção, a representação feminina na Câmara dos Deputados cresceu muito além das duas dúzias de assentos originalmente reservados a elas (de um total de 80), alcançando 49 assentos (61%) após a eleição de 2018. Em 2007 e, novamente, em 2016, o presidente de Ruanda, Paul Kagame, ganhou prêmios de igualdade de gênero por promover a inclusão de mulheres no sistema político de seu país.¹ Em Dakar, Senegal, ele recebeu o *African Gender Award* [prêmio africano de gênero] e, nove anos depois, na capital de seu país, Kigali, recebeu o *Gender Champion Award* [prêmio pela defesa de gênero].

Ruanda é uma autocracia. Kagame dominou a política do país

*Publicado originalmente como “How autocrats weaponize women’s rights”, April 2022, Volume 33, Number 2 © 2022 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

desde o fim do genocídio e da guerra civil, no início dos anos 1990, e foi presidente por mais de vinte anos. Durante esse tempo, a *Freedom House* sempre classificou o país como “não livre”, e vários analistas descreveram em detalhes a busca do poder pelo regime de Kagame por meio de fraude eleitoral, repressão de opositores e abusos dos direitos humanos. As reformas de igualdade de gênero de Ruanda são parte de uma estratégia mais ampla para desviar a atenção das práticas antidemocráticas de seu governo.² Ao intensificar drasticamente a representação política das mulheres, observa um estudioso, o regime de Kagame “vestiu sua governança cada vez mais autoritária em roupas democráticas”.³

Ruanda não é o único país autoritário que fez progressos notáveis no que diz respeito à inclusão política das mulheres. Embora, historicamente, as desigualdades de gênero tenham sido uma marca dos Estados autoritários, as três décadas desde o fim da Guerra Fria testemunharam uma mudança dramática em termos de legislação relacionada aos direitos das mulheres. Protocolos internacionais, como a Declaração de Pequim (Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher), de 1995; os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre mulheres, paz e segurança; e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, têm pressionado os países a tomar medidas concretas para aumentar o acesso das mulheres a cargos de gestão, bem como à educação, ao trabalho remunerado e à saúde. Em parte, em resposta a esses esforços, países em todo o mundo vêm adotando um número crescente de reformas de igualdade de gênero desde meados da década de 1990. Embora o movimento pela igualdade de gênero tenha sido global, as autocracias têm, surpreendentemente, adotado a maioria dessas reformas.⁴ Por exemplo, dos 75 países que adotaram leis de cotas baseadas em gênero para representação parlamentar,⁵ cerca de dois terços (51) têm sido governados por líderes não democráticos.

Por que os autocratas parecem apoiar a inclusão política das mulheres? Eles podem ter razões ideológicas para fazê-lo (por exemplo, em estados socialistas), mas considerações estratégicas também podem pesar. Autocratas fazem uso da vigilância, da manipulação de eleições e da repressão para se manter no poder, mas alguns também buscam maior legitimidade para conquistar, se não a aprovação, pelo menos a obediência passiva ou a tolerância. Autocratas modernos são mais propensos do que seus antecessores a adotar reformas de igualdade de gênero para aumentar a legitimidade do regime, desviando a atenção das violações da integridade eleitoral e dos direitos humanos.

Em outras palavras, estamos assistindo à “lavagem de gênero (*genderwashing*) autocrática”. Ao receber os créditos pelos avanços na igualdade de gênero, os governos autocráticos voltam os holofotes para uma área amplamente vista como ligada à democracia, tirando o foco das contínuas práticas autoritárias. Mais especificamente, levar crédito pelo progresso da igualdade de gênero permite aos autocratas elaborar estratégias de legitimação voltadas para grupos específicos: a oposição política, atores internacionais e a sociedade civil e os cidadãos.

Para entender o uso efetivo que as autocracias fazem das reformas que promovem os direitos das mulheres, precisamos situar esse fenômeno no contexto da ascensão da ordem mundial liberal pós-Guerra Fria. Antes da década de 1990, a inclusão política das mulheres e o empoderamento geral pouco apareciam na promoção da democracia. À medida que a igualdade de gênero entrava na agenda internacional, no entanto, o repertório de ações para o desenvolvimento da democracia expandiu-se gradualmente e passou a enfatizar a representatividade dos sistemas políticos.⁶ Com isso, a ideia de inclusão das mulheres tornou-se um aspecto integral dos esforços de promoção da democracia, a ponto de a igualdade de gênero e a democracia serem agora amplamente vistas como intimamente conectadas e terem sido descritas como “normas casadas” inseparáveis.⁷

Assim, a comunidade internacional tem abraçado cada vez mais essa união entre democracia e gênero, ao passo que a promoção da democracia ganhou importância e influenciou o comportamento e as estratégias dos autocratas. Na era pós-Guerra Fria, Estados autoritários, particularmente aqueles com ligações com democracias ocidentais, responderam à demanda por democracia desenvolvendo instituições democráticas formais e abrindo-se para eleições.⁸ No entanto, esses não são países em transição democrática. São, sim, autocracias eleitorais ou regimes autoritários competitivos que permitem eleições multipartidárias, mas apenas de forma distorcida e manipulada. Assim como os autocratas aprenderam a explorar o instituto da eleição multipartidária, a fim de sinalizar a presença de uma democracia que não existe de fato, esses governantes também aprenderam a usar a igualdade de gênero de forma semelhante. Ao anunciar a adoção de uma cota de gênero no parlamento, por exemplo, um regime autoritário pode mostrar-se comprometido com o valor democrático da inclusão, ao mesmo tempo em que deixa de lado as pressões por eleições parlamentares livres e justas.

Assim, a lavagem de gênero autocrática equivale à

promoção da igualdade de gênero *com segundas intenções*. A ideia por trás disso é ajudar um regime a parecer progressista, liberal e democrático, desviando a atenção de suas contínuas práticas autoritárias. Pode ser de forma calculada, como quando um regime segue um plano de marketing político que define o escopo e o momento de suas reformas de igualdade de gênero, ou de forma oportunista, como quando muitos autocratas pularam na onda e adotaram cotas eleitorais de gênero após a IV Conferência Mundial sobre a Mulher realizada pelas

A ideia por trás da lavagem de gênero é ajudar um regime a parecer progressista, liberal e democrático, desviando a atenção de suas contínuas práticas autoritárias.

Nações Unidas em Pequim, em 1995. Seja planejada ou *ad hoc* (ou um pouco de ambos), a lavagem de gênero autocrática envolve uma avaliação de risco-benefício. Como as normas democráticas e de gênero estão firmemente ligadas, os benefícios, em termos de sinalizar democracia e aumentar as perspectivas de sobrevivência do regime, provavelmente serão altos.

A associação entre democracia e igualdade de gênero muitas vezes se baseia em uma suposição acrítica, em vez de em uma análise mais profunda. A disposição excessiva de equiparar até mesmo reformas superficiais de igualdade de gênero com a democracia aumenta a possibilidade de os autocratas se beneficiarem dessas reformas. Os autocratas podem imaginar que o aumento da representação das mulheres nas instituições políticas seja visto como uma marca de progresso democrático, ainda que as instituições nas quais mais mulheres foram agora incluídas tenham pouco poder.⁹ Ao mesmo tempo, as reformas de igualdade de gênero tendem a envolver pouco risco para o regime em comparação com mudanças que possam fortalecer a oposição ou levar a uma competição eleitoral justa.

Em muitas autocracias, as mulheres legisladoras tendem a ser mais leais aos seus respectivos partidos do que os homens.¹⁰ As mulheres são muitas vezes mais dependentes das hierarquias partidárias e das lideranças porque têm acesso limitado a outros caminhos para a política, como redes clientelistas locais.¹¹ Em um ambiente autoritário, a lealdade das mulheres pode ser até uma condição para a sua inclusão. Assim, trazer para o parlamento mais mulheres com filiações partidárias pode solidificar em vez de ameaçar o apoio ao regime. Melhorar a inclusão política das mulheres, em outras palavras, pode ser uma estratégia eficaz de cooptação que traz pouco risco para a sobrevivência de uma autocracia.

Do ponto de vista normativo, portanto, agrupar a igualdade de gênero e a democracia é problemático. Esse agrupamento dá aos auto-

cratas uma oportunidade de usar a inclusão (das mulheres) como uma manobra para evitar uma disputa mais justa entre governo e oposição. Em qualquer definição de democracia, a competição justa é fundamental. A menos que as reformas que promovam a inclusão das mulheres tornem a concorrência mais justa, elas não constituem, por si só, melhorias democráticas. Na ausência de uma competição justa, os autocratas podem transformar até mesmo reformas aparentemente inclusivas em instrumentos de um regime autoritário.

O escudo de legitimidade

A questão torna-se, então, *como* os autocratas usam as reformas de igualdade de gênero para promover a sobrevivência do regime. Embora tenha havido um forte foco no uso de estratégias coercitivas pelos autocratas para permanecer no poder, as reformas de igualdade de gênero fazem parte de outro tipo de estratégia autocrática: a busca de legitimidade.¹² Pode ser possível governar apenas por coerção, mas esse é um curso arriscado em comparação com fazer com que o poder pareça legítimo. Os autocratas têm a imprensa e as escolas públicas para disseminar propaganda, e também podem buscar legitimidade e prestígio sediando diversos eventos internacionais.¹³ Diferentes estratégias de legitimação podem ser direcionadas a diferentes atores, e as estratégias nem sempre precisam efetivamente angariar apoio ao regime, já que, em muitos casos, o consentimento passivo ou a tolerância podem ser suficientes para os objetivos autoritários.

Algumas estratégias de legitimação estão relacionadas à identidade do regime. Por exemplo, há partidos governistas que justificam seu direito de governar fazendo referências a conquistas históricas, como um papel fundador no processo de construção do Estado. Movimentos de libertação anticolonial que viraram partidos no poder — o FRELIMO de Moçambique é um exemplo, entre muitos — muitas vezes

vangloriam-se de suas ações na luta pela independência nacional. Outra estratégia de legitimação baseada na identidade é reivindicar uma ideologia nacional comum. Regimes autocráticos às vezes elegem um sistema de crenças oficial, baseado no nacionalismo ou — como no caso do Irã — em uma religião específica. Uma terceira estratégia de legitimação que se baseia na identidade do regime é o personalismo. Ao longo da história, houve muitos regimes autocráticos — como a ditadura de Rafael Trujillo de 1930-61 na República Dominicana — que têm procurado justificar seu direito de governar focando em características específicas do líder. Elogios frequentes ao governante como uma figura carismática, abençoada por qualidades inatas únicas e encarregada de uma missão histórica de liderar o país.

Quadro. Estratégias de legitimação e alvos da lavagem de gênero autocrática.

Estratégia de legitimação	Público-alvo	Exemplo de reforma de igualdade de gênero
Baseada em procedimentos	Oposição política	Mudança de regras eleitorais afetando direta ou indiretamente a representação das mulheres
Baseada em prestígio	Comunidade internacional	Melhorias simbólicas, mas bastante visíveis, do status das mulheres
Baseada em desempenho	Cidadãos	Garantia de direitos ou prestação de serviços focados em parte do eleitorado

As reformas de igualdade de gênero fazem parte de outro conjunto de estratégias de legitimação que são orientadas a resultado, em vez de baseadas em identidade. Compreender isso significa focar mais atentamente nas ações do regime autocrático. Com base no trabalho de Christian von Soest e Julia Grauvogel, identificamos três maneiras pelas quais os autocratas usam a igualdade de gênero para buscar legitimidade.¹⁴ Cada estratégia pode servir ao regime como um escudo contra diferentes tipos de ameaça à sua estabilidade. Elas podem basear-se em procedimentos, prestígio e desempenho. Quando combinadas com uma reforma específica de igualdade de gênero, elas constituem estratégias de legitimação, visando diferentes atores, dependendo de quem o autocrata está buscando impressionar e de onde vêm as ameaças.¹⁵

O quadro analítico é sintetizado no quadro acima. Ele sugere, em primeiro lugar, que regimes autocráticos enxergam nas reformas de igualdade de gênero um meio de manter o domínio sobre a oposição política. Em segundo lugar, os regimes também recorrem a tais reformas a fim de ganhar prestígio internacional — uma coisa boa a se ter quando os governantes tentam resistir às pressões externas por democratização. Terceiro e último, os autocratas buscam legitimidade baseada em desempenho de cidadãos ou de organizações de mulheres para satisfazer a massa. Quando essas estratégias de legitimação também são usadas para garantir a estabilidade do regime e adiar a democratização (normalmente preservando limites estritos à competição política), elas equivalem à lavagem de gênero autocrática.

Na prática, a mesma reforma da igualdade de gênero pode ser usada em várias estratégias de legitimação ao mesmo tempo, visando mais de um tipo de público. Por exemplo, a ratificação de um tratado internacional pode, sob certas circunstâncias, atingir um público tanto externo quanto interno. Como os autocratas precisam lidar com ameaças potenciais provenientes de várias direções, é útil distinguir entre as diferentes estratégias de legitimação utilizadas nos vários ca-

sos. Constituem partes distintas, porém integradas, de uma abordagem multifacetada com um único objetivo: ajudar os autocratas a usar as reformas de igualdade de gênero para evitar a democratização.

Para ser efetiva, toda estratégia de legitimação precisa ser cuidadosamente adaptada ao cenário político em que é empregada. A estratégia deve “contar” aos olhos dos atores relevantes — deve moldar a forma como veem o regime e afetar sua escolha de apoiar (ou ao menos tolerar) o regime em vez de retirar seu apoio.

Manipulando a representação

Quando os autocratas decidem realizar eleições, o objetivo, normalmente, é poder alegar uma legitimidade *procedimental* sem perder o controle das regras do jogo. Ao invocar fontes procedimentais de legitimidade, os autocratas vinculam explicitamente seu direito de governar aos resultados eleitorais ou ao arcabouço legal em vigor. Resaltam que seguiram as regras, sem mencionar que são eles que estabelecem as regras e que decidem como são aplicadas. Regras elaboradas por autocratas tendem, não surpreendentemente, a favorecê-los. Seus oponentes ficam em desvantagem. Estratégias de legitimação procedimental envolvem as instituições políticas existentes; partidos governistas frequentemente fazem uso delas para controlar a oposição. O controle procedimental da oposição é eficiente justamente porque permite e até incentiva a oposição a aderir ao jogo político. Quando os partidos de oposição optam por “investir” nas instituições existentes, competindo em seu âmbito e aderindo aos procedimentos do regime, oferecem um endosso implícito da configuração institucional do regime. Sua derrota, quando ocorre, parece procedimentalmente legítima: eles concordaram em competir pelas regras do regime e perderam.

Esse jogo procedimental tende a se repetir continuamente em autocracias competitivas, e pode tomar muitas formas diferentes. As refor-

mas de igualdade de gênero são um elemento relativamente novo no jogo. Quando uma reforma eleitoral é projetada para favorecer o partido do governo, a redução da competição eleitoral pode ser disfarçada de avanço na inclusão se as mulheres forem colocadas nas “cadeiras garantidas” criadas pela reforma. Quando a oposição perde a eleição da qual optou por participar, mesmo que o partido do governo esteja disputando com mais candidatas mulheres, qualquer cadeira adicional que o governo ganhe pode ser caracterizada como um ganho para a inclusão democrática. Assim, a lavagem de gênero autocrática torna-se parte do jogo de legitimidade procedimental. A igualdade de gênero pode ser aplicada estrategicamente para tornar mais palatáveis os efeitos antidemocráticos de uma reforma específica, mas novas reformas de igualdade de gênero também podem ser introduzidas para desviar a atenção de outras táticas autoritárias.

Estratégias de legitimação procedimental que dependem de reformas de igualdade de gênero tendem a envolver a presença das mulheres no parlamento. A adoção de cotas eleitorais de gênero constitui uma forma cada vez mais comum de rever as regras do jogo eleitoral em uma direção mais inclusiva. Nas últimas três décadas, as leis de cotas de gênero tornaram-se uma das reformas eleitorais mais abrangentes do mundo. Cotas eleitorais de gênero muitas vezes melhoram de fato a representação das mulheres. Países com cadeiras reservadas têm significativamente mais mulheres em seus parlamentos do que países que não adotaram cota.¹⁶ A proporção média de cadeiras no parlamento reservadas para mulheres deputadas é de 24%. No entanto, as cotas de gênero podem ser usadas como instrumentos de lavagem de gênero autocrática. Isso acontece especialmente quando as cotas acabam limitando, na prática, a oposição política. O método mais comum usado por um partido no poder é organizar a cota de gênero para que ela beneficie principalmente as apoiadoras fiéis do governo, deixando as mulheres da oposição de fora.

É difícil quantificar exatamente quantas cadeiras “extras” os partidos no poder em países autoritários em todo o mundo obtiveram por meio de cotas de gênero. Uma das razões é que, globalmente, há poucos dados de representação desagregados de acordo com o partido e o gênero.¹⁷ Outra razão é que “cotas de gênero” é um termo guarda-chuva para uma série de reformas eleitorais diferentes que visam aumentar a representação das mulheres. Um dos principais tipos de cotas — as cotas para registro de candidatura — aplica-se ao processo regular de seleção de candidatos, especificando que um percentual mínimo de candidatos de cada partido deve ser de mulheres. Nestes casos, não há assentos “extras” a preencher e, portanto, não podemos avaliar facilmente o ganho para os partidos autocráticos.

O outro tipo comum de quota de gênero — a reserva de cadeiras no parlamento — é de particular interesse aqui, pois tem sido adotado exclusivamente por não democracias. Hoje, ele é usado em cerca de vinte países. Esse tipo de cota utiliza diferentes mecanismos para destinar cadeiras no parlamento para as mulheres. Esses mecanismos podem ser projetados de modo a beneficiar partidos do governo ou partidos de oposição, e uma análise do formato preferido pelos autocratas pode nos dar uma pista. Até o ano 2000, as mulheres eram, com poucas exceções, indiretamente selecionadas para as cadeiras reservadas.¹⁸ Por exemplo, as cadeiras eram preenchidas após a eleição parlamentar, de maneira proporcional ao resultado eleitoral, ou nomeadas pelo Executivo. Essa seleção indireta beneficiou claramente os partidos do governo em relação aos de oposição. Nos últimos vinte anos, tornou-se mais comum eleger mulheres diretamente para cadeiras reservadas, sobretudo introduzindo distritos especiais ou listas para mulheres. Essas eleições diretas de mulheres são incorporadas em processos eleitorais que já são distorcidos em favor dos partidos governistas.

Apenas em alguns sistemas do tipo “melhor perdedor”, adotado pela primeira vez no Afeganistão em 2004 por pressão de organiza-

ções internacionais, é que as cadeiras reservadas são projetadas para tentar equilibrar as desigualdades entre os partidos do governo e da oposição (já que, nesse sistema, as cadeiras reservadas às mulheres são preenchidas por aquelas que concorreram contra os homens nas eleições gerais e receberam um número substancial de votos, embora não o suficiente para serem eleitas).

Um exemplo de viés governista pode ser encontrado em Singapura, onde o partido do governo, o Partido de Ação Popular (PAP), há muito usa cálculos eleitorais estratégicos para manter sua hegemonia. Os métodos do PAP incluem cotas étnicas e uma forma de redesenho de distritos eleitorais (*gerrymandering*) projetada para garantir que as minorias (sobretudo singapurenses etnicamente malaios ou indianos) não formem maioria em nenhum distrito. O objetivo do PAP é evitar a ascensão de partidos de oposição de base étnica. As preocupações de gênero foram recentemente incorporadas a esse modelo. O PAP tem incorporado a igualdade de gênero em sua retórica e redesenhou os Círculos Eleitorais Representativos de Grupo (GRC), expandindo-os em tamanho e número, a fim de permitir mais candidatas indicadas pelo PAP. Os GRC geralmente representam “cadeiras garantidas” para o PAP, que a oposição raramente preenche. Essa expansão dos GRC ajudou o PAP a se posicionar como um partido mais inclusivo, sem renunciar a nenhuma de suas forças eleitorais.¹⁹

Na Tanzânia, o partido autoritário que há muito governa o país engajou-se na aprendizagem autoritária, reformando ativamente e adaptando o sistema de cotas de gênero de “cadeiras especiais” para garantir que continue a ajudar o regime a vencer as eleições, apesar de alterar a dinâmica competitiva. Por exemplo, o regime aumentou repetidamente o número de cadeiras parlamentares destinadas às mulheres, mantendo um sistema no qual essas cadeiras são preenchidas após a eleição de acordo com a proporção de votos que cada partido

recebeu. Este sistema claramente desfavorece o principal partido tradicional de oposição, cujos apoiadores se concentram em um par de ilhas (Zanzibar e Pemba) fora do continente tanzaniano. No entanto, esse arranjo também tem beneficiado outro partido de oposição, cujos eleitores estão mais geograficamente dispersos.

Mais uma vez, o partido no poder tem buscado maneiras de adaptar essa reforma. Ele tentou aprovar um projeto de emenda constitucional, interrompido em 2015 devido às tensões e críticas da oposição, para criar um sistema de representação ainda mais radical, que não só garantiria a paridade de gênero como também reforçaria o poder do partido do governo, alocando assentos tanto para homens quanto para mulheres com base em um sistema de maioria simples (*first-past-the-post*).²⁰ Isso demonstra que governos autoritários, assim como outros atores políticos, também passam por um processo interativo de aprendizagem. As reformas podem ter consequências intencionais e não intencionais. Para um governo autoritário, que controla o processo legislativo, isso muitas vezes significa promover ajustes e adaptações das leis ao longo do tempo.

Em outros casos, as reformas procedimentais de igualdade de gênero têm buscado desviar a atenção de mudanças antidemocráticas. Na Etiópia, em 2004, o partido do governo adotou uma cota de gênero voluntária (pelo menos 30% de seus candidatos tinham que ser mulheres), declarando explicitamente que a representação das mulheres era um indicador de democracia autêntica. Nas eleições que se seguiram, no entanto, houve evidências de que os resultados das urnas haviam sido substancialmente manipulados, indicando que o partido no poder não tinha intenção de tornar as eleições democráticas. Mais mulheres acabaram eleitas para a legislatura controlada pelo regime, mas tinham laços muito fortes com o partido do governo. Além disso, um dos principais objetivos de todo esse processo tinha sido desviar a atenção das acusações de fraude eleitoral.²¹

Em Bangladesh, a controversa 14ª Emenda (2004) à Constituição de 1972 elevou a idade de aposentadoria dos juízes da Suprema Corte de 65 para 67 anos. O dispositivo foi aprovado por 226 votos a 1 durante um boicote da oposição ao Parlamento. O objetivo da mudança era permitir a continuidade no cargo do então presidente da Suprema Corte, KM Hasan, a quem o Partido Nacionalista de Bangladesh (BNP) queria manter no cargo por razões partidárias. Para tornar essa manobra mais palatável, o BNP acrescentou ao texto da emenda um dispositivo que destinaria mais cadeiras no parlamento às mulheres.²²

Os autocratas veem as cotas de gênero como úteis por várias razões. Bangladesh é um país pobre, que depende de ajuda externa; o BNP provavelmente via o aumento da cota de gênero no parlamento como uma manobra de baixo risco que teria potencialmente um grande retorno na forma de aumentar o financiamento externo. Embora o BNP não tenha conseguido se manter no poder, seu sucessor pouco democrático, a Liga Awami, manteve a cota de gênero. Em Singapura, o velho PAP pode ter percebido a necessidade de atrair um crescente eleitorado jovem e progressista.

***A lavagem de gênero
pressupõe que as
mulheres sejam
colocadas em cargos
simbólicos para que
o regime possa se
posicionar como
moderno e progressista.***

Lavagem de reputação

Os autocratas podem realizar reformas de igualdade de gênero em busca de *prestígio* aos olhos da comunidade internacional, na tentativa de mitigar ameaças externas e, ao mesmo tempo, reforçar narrativas de legitimação do regime. Para compreender a estabilidade institucional, é preciso considerar as inter-relações internacionais.²³ A igualdade de

gênero é um instrumento cada vez mais importante para garantir o apoio estrangeiro. A lavagem de gênero autocrática pressupõe que as mulheres sejam colocadas em cargos simbólicos e em posições de alto escalão, que sejam aprovadas leis de igualdade de gênero ou que os direitos das mulheres sejam fortalecidos — tudo para que um regime autoritário possa se posicionar como moderno e progressista e, assim, melhorar sua reputação internacional.

As autocracias têm motivos estratégicos particulares para buscar a melhora de sua reputação. Uma esperança é evitar críticas e pressões externas para que se democratize — em outras palavras, os regimes acreditam que a lavagem de gênero pode encorajar os países doadores a parar de pressionar por, digamos, reformas que ampliem a competição política. A necessidade de recursos econômicos, como investimentos estrangeiros diretos, empréstimos e financiamento para o desenvolvimento, também pode impulsionar reformas relacionadas a gênero.²⁴ Os regimes capazes de angariar tais recursos conseguem se proteger melhor de pressões por democratização, enquanto a suspensão ou a redução desses recursos pode trazer um grande problema para um sistema autoritário caso sua economia seja afetada.

A maioria dos exemplos de lavagem de gênero autocrática em busca de prestígio internacional diz respeito à adoção de cotas de gênero ou ao aumento da representação das mulheres. Organizações internacionais começaram a classificar os países com base na presença das mulheres nos parlamentos. Ruanda, como observado, está no topo da lista, e Jennie Burnet afirma que essas políticas “dão liberdade às missões diplomáticas em Kigali para ignorar o autoritarismo do regime e os abusos dos direitos humanos”.²⁵ Uma pesquisa de opinião pública recente sugere que as cotas de gênero realmente favorecem os regimes autoritários: cidadãos em países doadores percebiam as autocracias como mais democráticas e mostravam-se mais propensos a apoiar o envio de ajuda estrangeira aos países que haviam adotado cotas e aumentado a representação política das mulheres.²⁶

Há outras maneiras pelas quais a igualdade de gênero pode ser usada para melhorar a reputação internacional de um país ao mesmo tempo em que desvia a atenção de práticas antidemocráticas. Veja, por exemplo, os Camarões. O presidente Paul Biya está no poder desde 1982, tornando-o o chefe de Estado mais longo do mundo (com exceção de monarcas coroados). Biya e seu partido seguiram muitas das recomendações da Declaração de Pequim de 1995. Foram reforçados mecanismos institucionais para o avanço das mulheres. Em 1997, os Camarões criaram o Ministério dos Assuntos da Mulher e o Comitê Consultivo para a Promoção das Mulheres. Esse pronto cumprimento das normas internacionais para a igualdade de gênero ajudou Biya a obter financiamento significativo tanto de países doadores individuais quanto de fontes multilaterais. Desde 1995, os Camarões receberam mais de US\$ 19 bilhões em ajuda oficial e assistência ao desenvolvimento.

O dinheiro e o prestígio adicionais saíram barato: Biya nunca deu ao novo ministério muito orçamento, e o comitê se reuniu apenas três vezes em doze anos. Na prática, essas instituições de fachada supostamente favoráveis às mulheres prejudicaram as atividades das organizações de mulheres e dos funcionários progressistas do ministério.²⁷ O regime de Biya, por sua vez, continuou fraudando eleições, limitando as atividades dos partidos de oposição e restringindo as liberdades de imprensa e de associação. Até hoje, os Camarões continuam sendo um Estado fortemente autoritário, classificado pela *Freedom House* como “não livre”. Assim, tanto organizações internacionais quanto países doadores individuais têm contribuído para fortalecer a capacidade estatal de um regime autoritário que, por meio de declarações públicas e da criação de instituições públicas em apoio à igualdade de gênero, tem sido capaz de evitar ser responsabilizado, tanto internacional quanto domesticamente, pela falta de progresso democrático real.

Cooptando a sociedade civil

Os autocratas também podem tentar mitigar as ameaças ao seu governo vindas dos cidadãos, alegando um ótimo desempenho na área de igualdade de gênero. Isso geralmente envolve citar realizações reais ou imaginárias para satisfazer as necessidades dos cidadãos. Em termos de igualdade de gênero, muitas vezes implica o Estado apoiar projetos de igualdade de gênero de grande visibilidade. Alegações de legitimidade de desempenho também podem contar com a aprovação de reformas legais relacionadas ao status ou ao bem-estar das mulheres. O principal interesse do autocrata é evitar qualquer tipo de mobilização em massa em torno dessas questões. Como é comum em regimes autoritários, os recursos estatais são usados para difundir notícias sobre as realizações (reais ou imaginárias) do governo, enquanto os críticos têm o acesso à imprensa negado. As fronteiras entre o Estado e o partido no poder tornam-se deliberadamente confusas, e sobre as alegações de desempenho do governo são menos sujeitas a um escrutínio crítico.

Regimes autoritários são mais propensos a permitir ações da sociedade civil em áreas como a igualdade de gênero, que não são percebidas como diretamente ameaçadoras ao regime, e este ainda pode levar crédito por qualquer progresso alcançado. Existem várias razões para os partidos no poder colaborarem com a sociedade civil para buscar legitimidade sem deixar de exercer o controle. Permitir que a sociedade civil opere transmite a impressão de uma democracia funcional. Além disso, ao cumprir o rito burocrático para a realização dessas atividades, as organizações da sociedade civil reafirmam a ordem autoritária. Os vínculos do regime autoritário com a sociedade civil podem ser uma fonte útil de informação para ele. Por fim, as organizações de assistência social da sociedade civil, em particular, podem se mostrar úteis quando prestam serviços ou satisfazem necessidades sociais não atendidas pelo aparato estatal. Quando o regime coopta com sucesso

iniciativas da sociedade civil, os governantes podem levar crédito pelos serviços prestados e alegar legitimidade baseada em desempenho.²⁸

Há vários exemplos dessa estratégia de legitimação. Na Argélia, por exemplo, o presidente Abdelaziz Bouteflika ampliou os direitos das mulheres ao longo de sua presidência (1999-2019). Em 2005, época em que assinava um acordo de paz com combatentes islâmicos, ele alterou o Código de Família da Argélia de 1984. O original, por muito tempo alvo de críticas de grupos de mulheres, tinha incluído grandes concessões aos fundamentalistas islâmicos. O novo código rompeu com algumas interpretações islâmicas, por exemplo, elevando a idade mínima do casamento para dezenove anos para homens e mulheres, e declarando que apenas a própria mulher (e não outra pessoa por procuração) poderia consentir com seu casamento. As alterações podem ter sido motivadas pela necessidade de Bouteflika de angariar o apoio (ou pelo menos o consentimento silencioso) de forças progressistas da sociedade civil por seus esforços pela paz com os islâmicos após uma sangrenta guerra civil que eclodiu em 1992 (quando o exército suspendeu as eleições) e se estendeu por uma década, matando em torno de 150 mil argelinos.

Outras reformas de igualdade de gênero adotadas no governo Bouteflika concederam às mulheres direitos políticos mais amplos e mais recursos contra a violência de gênero. Grupos de mulheres tornaram-se mais ativos para pressionar por essas mudanças, mas também se encaixavam nos planos do regime de se apresentar como um “defensor dos direitos das mulheres”.²⁹ Essa estratégia foi uma forma de Bouteflika convencer o mundo de que seu regime se preocupava com a democracia e cultivar o apoio entre as mulheres e entre os segmentos mais liberais da sociedade argelina. Ainda que o regime adotasse partes da agenda de reformas da sociedade civil, no entanto, também impunha novas restrições à própria sociedade civil. As organizações de mulheres não foram poupadas, pois tiveram restringido seu acesso a financiamento externo. Algumas organizações da sociedade civil foram fechadas.

A Arábia Saudita, que nunca recebeu outra classificação além de “não livre” pela *Freedom House* desde que sua pesquisa começou, há 50 anos, adotou uma reforma relacionada a gênero de grande visibilidade em junho de 2018. Virou manchete mundial quando a Arábia Saudita deixou de ser o único país do planeta que proibia as mulheres de dirigir. O príncipe herdeiro Mohammed bin Salman (MBS), que havia chegado ao poder um ano antes e começado a fazer mudanças de cima para baixo, queria (e ainda quer) angariar apoio entre os sauditas mais jovens. Ele procura retratar-se como progressista e reformista. Ações em temas ligados aos direitos das mulheres servem a esse propósito. O plano de modernização de MBS para o país, “Visão 2030”, espera que as mulheres entrem na força de trabalho em maior número para ajudar a Arábia Saudita a diversificar sua economia e a escapar da dependência das receitas de petróleo. Para isso, obviamente, as mulheres trabalhadoras precisarão dirigir.

Embora as ativistas mulheres sauditas lutem há muito tempo pelo direito de dirigir, MBS teve o cuidado de não dar ao movimento das mulheres qualquer crédito pela reforma. E como poderia, se estava aprisionando ativistas dos direitos das mulheres — incluindo ativistas do direito de dirigir — como parte de uma política de repressão que iniciou em janeiro de 2018? Essas detenções, aliás, têm sido apenas uma entre muitas frentes de uma campanha de abusos de direitos humanos que inclui detenções arbitrárias, punições desproporcionais e o assassinato, em outubro de 2018, do dissidente Jamal Khashoggi no consulado saudita em Istambul, na Turquia.

Deixar as mulheres dirigir pode ter sido uma política voltada principalmente para um público interno de cujo apoio MBS precisa, mas não há dúvida de que a Arábia Saudita também recebeu aclamação internacional pela mudança. Houve uma ampla cobertura da mídia mundial que soou como um golpe publicitário de MBS. Tanto na Arábia Saudita quanto na Argélia, os regimes avançaram em direção a uma

maior igualdade de gênero, embora ambos os países seguissem sendo regimes autoritários (a Arábia Saudita é dominada pela monarquia e a Argélia, pelos militares) que restringem a liberdade de associação, inclusive a dos próprios ativistas cujas ideias de reforma os regimes reclamavam para si.

Como ilustram os exemplos acima, a lavagem de gênero autocrática abarca o controle autoritário sobre ativistas dos direitos das mulheres. Controlar e limitar a mobilização em massa faz parte das estratégias de um governo autoritário para se manter no poder. Permitir o empoderamento ou a mobilização de mulheres fora do domínio do governo autoritário pode até melhorar as chances de sucesso dos movimentos pela democracia.³⁰

Desmascarando a lavagem de gênero autocrática

Somente tornando pública a lavagem autocrática de gênero é que conseguiremos efetivamente chamar a atenção para o perigo que ela representa. Estudiosos do autoritarismo deveriam explorar estratégias concretas para identificar a lavagem de gênero autocrática e analisar quando e onde diferentes tipos de autocracias podem se valer reformas de igualdade de gênero para buscar legitimidade procedimental, obter prestígio internacional ou alegar bom desempenho doméstico. Nossos exemplos sugerem que regimes autocráticos usam a lavagem de gênero como parte de um pacote de estratégias de legitimação, que variam dependendo de qual ameaça ou conjunto de ameaças o autocrata está tentando se proteger. Além disso, como sugerem os casos da Argélia e da Arábia Saudita, uma única reforma de igualdade de gênero pode ter múltiplos objetivos, servindo a mais de uma estratégia de legitimação e atingindo mais de um tipo de público. É possível que essa versatilidade da lavagem de gênero — juntamente com o baixo nível de risco envolvido — explique por que ela se tornou tão popular entre as autocracias.

Ainda assim, existem contextos específicos que produzem tipos específicos de comportamento de lavagem de gênero entre as autocracias? E certos tipos de reformas de igualdade de gênero se prestam mais facilmente à lavagem de gênero? É importante analisar as variações entre as autocracias e entre as áreas de política pública porque também estamos testemunhando, em algumas autocracias e democracias em recessão, uma tendência recente de ataque crescente ao feminismo, buscando reverter avanços em áreas como os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e o direito de família.³¹

Nosso argumento sobre a lavagem de gênero autocrática, em contraste, sugere que, longe de atacar abertamente os direitos das mulheres, muitos autocratas se apresentam como defensores da igualdade de gênero. Pesquisas recentes sobre prestígio internacional focam em particular nas autocracias eleitorais, países onde eleições multipartidárias são permitidas, mas manipuladas. Camarões, Ruanda e Uganda enquadram-se nessa categoria. Também estão ligados ao Ocidente por um forte sistema de vínculos (*linkages*) e influência (*leverage*).³² Todos recebem ajuda europeia e norte-americana e possuem uma relação comercial significativa com democracias desenvolvidas. Parecer democrático aos olhos do público internacional é importante para os governantes desses países. Todos consideram que unir normas de gênero e democracia é uma fonte útil de novas oportunidades para reforçar as aparências democráticas sem de fato tornarem-se mais democráticos. Essas considerações sugerem que a lavagem de gênero enquanto meio de obter prestígio no cenário mundial é mais comum nesse conjunto de autocracias do que em outros estados autoritários. Aqui está uma tarefa para pesquisas empíricas.

Quaisquer que sejam seus usos por autocratas, é evidente que as normas de igualdade de gênero tornaram-se mais populares em muitas nações, não apenas em governos autoritários competitivos. Ao promover a lavagem de gênero, estariam os autocratas reconhecendo a crescente

importância atribuída às normas de igualdade de gênero pela comunidade internacional? Embora o reconhecimento da relevância da igualdade de gênero nas últimas três décadas constitua um avanço notável, o risco de que possa ser “sequestrada” para fins não igualitários é real. Políticos, diplomatas, investidores internacionais, jornalistas, acadêmicos e ativistas devem tomar cuidado para não serem levados a confundir a crescente inclusão das mulheres na política e na sociedade com democratização. Embora as reformas igualitárias sejam importantes em si, elas não são um substituto para eleições livres, justas e competitivas. Além disso, os opositoristas em países autoritários devem estar atentos a como as reformas eleitorais baseadas em gênero podem afetar o equilíbrio do jogo político, uma vez que os governos autocráticos não realizam essas reformas de forma neutra, mas, sim, buscando obter vantagens. Não é coincidência, portanto, que a introdução de cadeiras reservadas para as mulheres no continente africano tenha sido, em grande parte, impulsionada pelos partidos no poder, pois são os únicos em posição de planejar e implementar uma reforma que concilie compromissos de igualdade de gênero com maior força eleitoral.

Por fim, cidadãos organizados que se preocupam com a democracia e com a igualdade de gênero precisam estar cientes do risco de que a adoção de uma reforma de igualdade de gênero por parte de seu governo possa ser uma política de fachada ou uma tentativa de cooptar organizações de mulheres e importantes lideranças femininas, ou, ainda, as duas coisas ao mesmo tempo: um gesto vazio e uma manobra dissimulada.

É claro que as reformas de igualdade de gênero em países autoritários, ainda que obra de governantes com motivos duvidosos, podem fazer diferença para as mulheres e tornar as sociedades mais justas. Ainda que os autocratas estejam agindo estrategicamente — o que aumenta o risco de tratar as reformas de igualdade de gênero como mero paliativo —, é possível que o aumento da representação das mulheres no parlamento possa, sob certas condições, produzir melho-

rias para as mulheres, por exemplo, estimulando maiores gastos com saúde pública e levando a menores taxas de mortalidade materna e infantil.³³ Esses avanços são valiosos, obviamente. No entanto, nosso argumento principal permanece: ainda que as reformas de igualdade de gênero sejam avaliadas em seus méritos, os públicos-alvo das estratégias de legitimação dos autocratas (como os países doadores) devem estar cientes da estratégia mais ampla de evasão democrática que os regimes autoritários estão adotando quando promovem essas reformas. Isso não pode isentar esses governantes de críticas sobre seus objetivos ou iludir os formuladores de políticas de democracias sobre o que acontece quando os autocratas promovem a lavagem de gênero de seus regimes.

Notas

Os autores gostariam de agradecer o apoio recebido do Conselho Sueco de Pesquisa (Grant 2015-00955) e do Instituto Holandês de Estudos Avançados nas Ciências Humanas e Sociais (NIAS), bem como os valiosos comentários e discussões que tivemos com Jan Teorell, Henriette Müller, Bozena Welborne, Simon Willmetts, Daniela Donno e Sarah Bush.

1. James Munyaneza. “Kagame receives 2007 Africa Gender Award”. *New Times*, Kigali, 12 dec. 2007, <https://www.newtimes.co.rw/section/read/2022>; “President Kagame receives Gender Champion Award,”. paulkagame.com, 9 jul. 2016, www.paulkagame.com/president-kagame-receives-gender-champion-award.

2. Antonio Cascais. “Rwanda: Real Equality or Gender-washing?” *Deutsche Welle*, 7 mar. 2019, <https://www.dw.com/en/rwanda-real-equality-or-gender-washing/a-47804771>.

3. Jennie E. Burnet, “Gender Balance and the Meanings of Women in Governance in Post-genocide Rwanda”, *African Affairs*, 107 (jul. 2008):366.

4. Daniela Donno, Sara Fox, e Joshua Kaasik, “International Incentives for Women’s Rights in Dictatorships,” *Comparative Political Studies*, 14 jul. 2021, <https://doi.org/10.1177/00104140211024306>; Pär Zetterberg et al., “Democracy and the Adoption of Electoral Gender Quotas Worldwide,” *Comparative Politics* 54 (jan. 2022): 327–48.

5. Melanie M. Hughes et al., “Global Gender Quota Adoption, Implementation, and Reform,” *Comparative Politics* 51 (jan. 2019): 219-38.

6. Thomas Carothers, “Democracy Support Strategies: Leading with Women’s Political Empowerment,” *Carnegie Endowment for International Peace*, set. 2016. <https://carnegieendowment.org/2016/09/14/democracy-support-strategies-leading-with-women-s-political-empowerment-pub-64534>.

7. Donno, Fox e Kaasik. “International Incentives for Women’s Rights in Dictatorships.”

8. Steven Levitsky e Lucan A. Way, “International Linkage and Democratization,” *Journal of Democracy* 16 (jul. 2005): 20–34.

9. Elin Bjarnegård e Erik Melander, “Revisiting Representation: Communism, Women in Politics, and the Decline of Armed Conflict in East Asia,” *International Interactions* 39 (set. 2013):558–574; Gabrielle Bardall, “Autocrats use feminism to undermine democracy,” *Policy Options*, 30 out. 2019, <https://policyoptions.irpp.org/magazines/october-2019/autocrats-use-feminism-to-undermine-democracy>.

10. Amanda Clayton e Pär Zetterberg, “Gender and Party Discipline: Evidence from Africa’s Emerging Party Systems,” *American Political Science Review* 115 (ago. 2021): 869–84.

11. Elin Bjarnegård, *Gender, Informal Institutions and Political Recruitment: Explaining Male Dominance in Parliamentary Representation* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013).

12. Aili Mari Tripp, *Seeking Legitimacy: Why Arab Autocracies Adopt Women’s Rights* (Nova York: Cambridge University Press, 2019).

13. Johannes Gerschewski, “The Three Pillars of Stability: Legitimation, Repression, and Co-optation in Autocratic Regimes,” *Democratization* 20 (jan. 2013): 13–38.

14. Christian von Soest e Julia Grauvogel, “Identity, Procedures and Performance: How Authoritarian Regimes Legitimize Their Rule,” *Contemporary Politics* 23, no. 3 (2017): 287–305.

15. Andreas Schedler, *The Politics of Uncertainty: Sustaining and Subverting Electoral Authoritarianism*. (Nova York: Oxford University Press, 2013).

16. Hughes et al., “Global Gender Quota Adoption, Implementation, and Reform.”

17. Meryl Kenny et al., “Reclaiming Party Politics Research,” *European Political Science*, publicado online, 11 fev. 2022, <https://doi.org/10.1057/s41304-022-00362-0>.

18. Hughes et al., “Global Gender Quota Adoption, Implementation, and Reform.”

19. Netina Tan, “Why Are Gender Reforms Adopted in Singapore? Party Pragmatism and Electoral Incentives,” *Pacific Affairs* 89 (jun. 2016): 369–93.

20. Elin Bjarnegård e Pär Zetterberg. “Gender equality reforms on an uneven playing field: candidate selection and quota implementation in electoral authoritarian Tanzania.” *Government and Opposition* 51 (jul. 2016): 464–86.

21. Melody E. Valdini, *The inclusion calculation: Why Men Appropriate Women’s Representation* (Nova York: Oxford University Press, 2019), 133–39.

22. Valdini, *Inclusion Calculation*, 139–43.

23. Levitsky e Way, “International Linkage and Democratization.”

24. Judith G. Kelley, *Scorecard Diplomacy: Grading States to Influence Their Reputation and Behavior*. (Nova York: Cambridge University Press, 2017); Ann E. Towns, *Women and States: Norms and Hierarchies in International Society* (Nova York: Cambridge University Press, 2010).

25. Burnet, “Gender Balance and the Meanings of Women in Governance in Post-Genocide Rwanda,” 371.

26. Sarah Sunn Bush and Pär Zetterberg, “Gender Quotas and International Reputation,” *American Journal of Political Science* 65 (abr. 2021): 326–41.

27. Melinda Adams, “‘National Machineries’ and Authoritarian Politics: The Case of Cameroon,” *International Feminist Journal of Politics* 9 (jun. 2007): 176–97.

28. Jasmin Lorch e Bettina Bunk, “Using Civil Society as an Authoritarian Legitimation Strategy: Algeria and Mozambique in Comparative Perspective,” *Democratization* 24 (out. 2017): 987–1005.

29. Tripp, *Seeking Legitimacy*, 216.

30. Erica Chenoweth e Zoe Marks, “Revenge of the Patriarchs: Why Autocrats Fear Women,” *Foreign Affairs* (March–April 2022), www.foreignaffairs.com/articles/china/2022-02-08/women-rights-revenge-patriarchs.

31. Chenoweth e Marks, “Revenge of the Patriarchs.”

32. Levitsky e Way, “International Linkage and Democratization.”

33. Amanda Clayton e Pär Zetterberg, “Quota Shocks: Electoral Gender Quotas and Government Spending Priorities Worldwide,” *Journal of Politics* 80 (jul. 2018): 916–32; Valeriya Mechkova e Ruth Carlitz, “Gendered Accountability: When and Why Do Women’s Policy Priorities Get Implemented?” *European Political Science Review* 13 (fev. 2021): 3–21.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EstadoDemocracia>

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#MediosComunicacion>

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EnsaiosDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<https://www.plataformademocratica.org/biblioteca>

<https://www.plataformademocratica.org/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#RecursosPesquisa>